

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-11-2018.

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte e um minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Giovane Byl, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Substitutivo nº 01, de autoria de Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/17 (Processo nº 0322/17); o Projeto de Lei do Legislativo nº 120/18 (Processo nº 1271/18), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 125/18 (Processo nº 1281/18), de autoria de João Carlos Nedel, Cassiá Carpes, Mônica Leal e Ricardo Gomes; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 134/18 (Processo nº 1299/18), de autoria de Paulo Brum. A seguir, foi apregoada retificação de Requerimento anteriormente apresentado por Tarciso Flecha Negra, solicitando Licença para Tratamento de Saúde, sendo o período correto da Licença no dia cinco e do dia doze ao dia quinze de novembro do corrente, tendo a Presidenta declarado empossado, em substituição, nos dias quatorze e quinze de novembro do corrente, o suplente Nelcir Tessaro, informando-lhe que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na oportunidade, foi apregoada Declaração firmada por Cláudio Conceição, informando seu impedimento em assumir a vereança no dia quinze de novembro do corrente. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dezoito ao dia vinte e um de novembro do corrente. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia quatorze ao dia vinte e um de novembro do corrente, tendo a Presidenta declarado empossado, em substituição, pelo mesmo período, o suplente Gilson Padeiro, informando-lhe que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Além disso, foi apregoado documento de autoria de Nelcir Tessaro, informando sua filiação ao Democratas. Foi apregoado o Ofício nº 1036/18, do Prefeito, solicitando a retirada do pedido de regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Mauro Pinheiro, Giovane Byl, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Felipe Camozzato, Nelcir Tessaro, Moisés Barboza e Roberto Robaina. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/18, discutido por Sofia

Cavedon e Adeli Sell; e, em 2ª Sessão os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 072 e 138/18 e os Projetos de Resolução n^{os} 030, 031 e 034/18. Também, Giovane Byl e Aldacir Oliboni pronunciaram-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Márcio Bins Ely. Durante a Sessão, Adeli Sell, Cassio Trogildo e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro, Mônica Leal e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Esta sessão destina-se a cumprir a agenda da 113ª Sessão Ordinária. Justifico, Ver. Adeli, que vários vereadores reclamaram, inclusive os líderes presentes endossaram isto, que estavam presentes no plenário e que não conseguiram registrar suas presenças a tempo. Então, os líderes vieram até a Mesa, convocados, e chegou-se à conclusão de que o certo seria abrir uma sessão extraordinária.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ou seja, nos outros dias que isso acontecer, como já aconteceu, eu tomarei a mesma liberdade de fazer isso. Acho um equívoco, eu queria que fosse registrada a minha posição.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Está feito o registro, Ver. Adeli.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente, eu gostaria de dizer que não acho equívoco nenhum. Vossa Excelência convocou os líderes, e a maioria dos líderes, inclusive, concordou. Hoje é quarta-feira, é dia de sessão ordinária, seria uma vergonha para a Câmara não trabalhar às vésperas de um grande feriadão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver.^a Mônica; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, senhoras e senhores, hoje é um dia muito importante para a Câmara Municipal de Porto Alegre, para percebermos a coerência de algumas bancadas que já tinham se posicionado anteriormente contra o aumento do IPTU na cidade de Porto Alegre, e hoje temos uma decisão do prefeito municipal, que eu diria, arbitrária e deslocada, porque, por várias vezes, retirou o regime de urgência desse projeto aqui na Casa. Agora ele passa, a partir de hoje, a trancar a pauta e todos os projetos ou a vida da Câmara Municipal de Porto Alegre. E nós percebemos, ao longo desse tempo, que foram muitas as ações do prefeito municipal – com certeza, comungado com as lideranças da base do governo aqui no plenário e, em muitos casos, cooptando vereadores, oferecendo cargos

de confiança – para poder ter maioria em votar esse projeto de lei e onerar a população de Porto Alegre.

Por incrível que pareça, muitos cidadãos e cidadãs, falo aqui em nome da nossa bancada – Ver. Adeli, Ver. Marcelo e Ver.^a Sofia –, não sabem o que está por vir. Votando hoje o projeto do IPTU e conseguindo aprovação, valerá para 2020, não mais para 2019. Mas o que vem acompanhado a esse projeto é o onerar a população de uma forma injusta, incoerente, desleal, porque o próprio prefeito disse, em várias ocasiões, que não aumentaria impostos. Muitos até dizem que não é aumento de impostos, mas, se os senhores observarem, e a população pode ter acesso a isto, somente o valor venal dos imóveis subirá ao longo de três anos mais de 100%, 30% ao ano, somente o valor venal. Aí, se fizermos o demonstrativo, alguns cidadãos devem ter até feito, poderão constatar que o aumento do IPTU não é significativo, ou para uns até não aumenta, mas ao longo do tempo terá aumentado significativamente. Mais do que isso, o prefeito governa não para os pobres, não para a minoria, não para os menos aquinhoados, mas para os ricos, porque ele isenta o Centro Histórico da cidade de Porto Alegre e, ao mesmo tempo, reduz o imposto dos vazios urbanos. Quem são os donos dos vazios urbanos, daqueles terrenos grandes que estão na cidade de Porto Alegre? São os grandes empresários, que fazem os seus investimentos vultosos, caríssimos, a que a população das classes média e baixa não tem acesso. Qual é o compromisso, qual é a contrapartida? Muito pouco em relação àquilo que nós vemos nesse projeto de lei.

Portanto, este dia é um dia muito importante, para que a população perceba quem está do lado do povo, quem está do lado dos menos aquinhoados e quem está do lado do empresariado. Hoje é um dia significativo para todos nós, quando as bancadas deverão ter posição clara e precisa, na medida em que nós percebemos que o governo investe volumes altíssimos de recursos em consultorias, em escritórios no Centro da Cidade para o próprio secretariado, investe milhões e milhões de reais na mídia, ou na publicidade e propaganda, algo que não tem necessidade. Mas não investe, não se compromete, por exemplo, a pagar em dia o funcionalismo. O governo continua parcelando, como fez e está fazendo o governo do Estado. Por isso, nós fizemos um apelo: esse projeto tem que ser amplamente discutido, e não votado de uma hora para outra sem nenhuma discussão com a sociedade e com a própria Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo uma retificação do período de Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Tarciso Flecha Negra, apregoado na última sessão plenária. O período correto é dia 5 e dos dias 12 a 15 de novembro de 2018.

A Mesa declara empossado o Ver. Nelcir Tessaro, nos termos regimentais, para os dias 14 e 15 de novembro de 2018, em função da impossibilidade de o suplente Cláudio Conceição assumir a vereança, e integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Seja muito bem-vindo a esta Cassa.

O Ver. Aldacir Oliboni solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 19 a 21 de novembro. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 14 a 21 de novembro. A Mesa declara empossado o Ver. Gilson Padeiro, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Com toda sinceridade, Ver.^a Mônica Leal, presidindo os trabalhos da Mesa Diretora, antes de adentrar propriamente no período de liderança da oposição, queria aproveitar a presença de todos aqui e solicitar que a Mesa Diretora verificasse a possibilidade de fazer um tratamento adequado de combate ao chamado escorpião, que está assolando a Cidade em vários lugares.

Vamos agora ao que interessa mais ainda. Eu fico impressionado com alguns vereadores que, em alguns momentos, falam da necessária presença no plenário. Eu não faço parte da Mesa, normalmente eu sou o vereador mais velho do plenário às 14h, eu tenho aberto as sessões plenárias. Então, não me venham dar lição de moral, quando eu fiz um questionamento dentro das normas e do Regimento da Câmara! Eu não aceito isso! Eu estou sempre presente – sempre presente! Durante oito sessões o governo retirou quórum neste semestre – oito sessões! Então não me venham dar lição de moral agora, porque querem empurrar o IPTU goela baixo de Porto Alegre! Esta Câmara foi assolada com uma virose, uma coisa impressionante, com interesses, com viagens! É um negócio impressionante!

Agora, não pensem que nós somos idiotas, que a gente não consulta o Diário Oficial do Município. Não somos idiotas!! E nem só de Porto Alegre, mas de Canoas também, dos Municípios vizinhos. Os senhores acham que a oposição é desmiolada? A oposição não é desmiolada! A oposição pensa, a oposição reflete. Digam-me, por favor – digam-me, por favor –, qual foi o projeto de grande interesse da Cidade que esta oposição não votou favoravelmente, como, por exemplo, os financiamentos e os Refis? Quais nós não votamos favoravelmente? Nas comissões, foi feito um furdunço dias atrás sobre a CCJ. Não tenho autorização, bancada do DEM, para defender o Dr. Thiago, mas, assim como o Mendes Ribeiro, no ano passado, não sentou em cima de projetos, não trancou a pauta da CCJ, também não fizemos isso neste ano. Não fizemos! Não me venham dar lição de moral aqui, na véspera de um feriado. Nós sabemos as manobras que estão sendo feitas. Porto Alegre tem que saber: se o IPTU for aprovado este ano, só entrará em vigor em 2020 – 2020!

É um jogo do Sr. Prefeito Municipal, dos senhores, da base do governo, que se prestam a esse tipo de manobra, esse logro da população, venham aqui debater! Nossa bancada estava disposta a dar quatro votos, a bancada do PT. Nós vimos, todos viram aqui, por isso várias pessoas mudaram de posição: enquanto diziam para uma

bancada “Façam a emenda dos vazios urbanos”, lá no sindicato das construtoras davam guarida para diminuir o IPTU nos vazios urbanos. Nós sabemos que existem alguns vazios urbanos porque a burocracia impede as pessoas de, em tempo razoável... Vamos estudar Santa Catarina. É verdade que Balneário Camboriú não é o meu exemplo, mas eu conheço cidades de Santa Catarina que preservam o meio ambiente, são rápidas em nível local e, no Estado, têm algumas licenças que são muito mais rápidas e ágeis para fazer empreendimentos. Não me venham com essa história de que nós somos tranca-rua. Tranca-ruas são alguns que estão, há anos, em certos cargos nas secretarias. Sai governo, entra governo, eles sempre são governistas! Isso é uma vergonha! Nós não nos calaremos, nós faremos o debate hoje aqui, custe o que custar. Manobras foram feitas, nós vamos fazer a verdadeira discussão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo comunicado do Ver. Nelcir Tessaro informando a sua afiliação ao Democratas (DEM). Parabéns, Ver. Nelcir Tessaro.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara; hoje fiquei um pouco surpreso, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Oliboni. O Ver. Adeli Sell, meu amigo, que é sempre um vereador muito calmo, muito tranquilo, hoje o vejo um pouco exaltado no seu pronunciamento, falando em manobras políticas, sinto uma certa agressividade, mas sei que V. Exa. é um vereador bastante calmo, de diálogo. Quero dizer que não tem nenhum tipo de manobra, vereador, o senhor pode ficar tranquilo, porque nós, representado aqui o prefeito municipal, queremos dialogar com os vereadores e estamos fazendo isso, durante esta semana, o tempo inteiro, buscando uma forma de diálogo. Nós temos certeza de que este não é um projeto do prefeito, um projeto de governo; é um projeto importante para a Cidade, por isso estamos defendendo a sua aprovação, mas com muito diálogo. Alguns dizem que o projeto é de aumento de impostos, eu discordo completamente, ele não é aumento de impostos no momento em que baixa o valor das alíquotas, Ver. Cassio. Se está baixando o valor das alíquotas, não pode ser de aumento de imposto.

O que está se fazendo é uma revisão da planta do município de Porto Alegre, algo que não é feito há muito tempo, Ver. Reginaldo Pujol. Nós queremos rever a planta, e justamente deveria ser uma bandeira do seu partido, Ver. Aldacir Olibini, porque é uma busca de justiça social: pessoas que deveriam pagar mais estão pagando menos. Esse projeto do IPTU também está dando maior número de isenções às classes menos favorecidas, diminui o valor de muitas categorias, em 50% praticamente da Cidade teremos isenção ou diminuição seus impostos. Então, é um projeto que busca justiça social, Ver. Oliboni, V. Exa., como líder do PT, deveria ser o primeiro a ser a favor do projeto, mas V. Exa. veio aqui e fez várias críticas, assim como o Ver. Adeli

Sell; disseram que querem dialogar, que querem melhorar o projeto, e nós também queremos melhorar, porque queremos o melhor projeto para a cidade de Porto Alegre, para os cidadãos da Cidade.

Então, nós queremos dialogar com os vereadores, mas dialogar de verdade! Que os vereadores que querem o melhor para cidade, Ver. Adeli Sell, sentem conosco. Nós já fizemos uma comissão nesta Casa, eu presidi a comissão do IPTU, em que os vereadores foram, discutiram, melhoraram o projeto, tem mais de 20 emendas o projeto, buscando adequá-lo à necessidade da Cidade. É um projeto que vai mudar a planta somente para 2020, então será para este governo apenas no último ano; será para os próximos governos, e não sabemos nem quem será o prefeito, quem serão os vereadores da Cidade. Queremos dialogar, Ver. André Carús. Tanto é verdade que o governo quer dialogar com os vereadores para melhorar o projeto, para aprovar o projeto, que nós conversamos com o prefeito... Vamos dialogar, sim, Ver. André Carús. Nós conversamos, e prefeito foi sensível ao pedido dos vereadores, estamos aqui, vamos protocolar o pedido de retirada de urgência do projeto, para que seja feita a discussão com os Vereadores, para que se busque o debate, para que a gente possa melhorar o projeto, já que é um pedido de vários vereadores.

O Ver. Oliboni pediu mais diálogo. Queremos dialogar com o PT, queremos dialogar com o PSOL, com o MDB, com todos os vereadores desta Casa para construirmos juntos um bom projeto para a Cidade. Mas não é possível somente pedir o diálogo da tribuna e, depois de descer da tribuna, não fazer o diálogo, querer votar somente outros projetos, não querendo o melhor para a Cidade. Nós queremos, sim, o melhor para a Cidade. O prefeito manda aqui o pedido de retirada de urgência para que o diálogo seja feito com todos os vereadores, para que a gente possa melhorar, Ver. Mendes. Conversei com o vereador hoje, pois ele pediu, queremos votar, dialogar, fazer melhorias no projeto. A Secretaria da Fazenda, o líder do governo, o vice-líder do governo, nós estamos querendo dialogar com os vereadores porque queremos um projeto bom para a Cidade e queremos contar com todos os partidos, independentemente de oposição, situação ou independentes. Quero protocolar o pedido de retirada de urgência do projeto do IPTU para que a gente possa continuar dialogando...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): ...Protocolo então o pedido de retirada de urgência do projeto do IPTU para que a gente possa estabelecer mais ainda o diálogo com os vereadores, para melhorar este projeto e avançarmos para uma Cidade melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pelas galerias, hoje venho aqui usar este espaço de liderança do Solidariedade como jovem da periferia de Porto Alegre. Hoje eu apresentei meu primeiro projeto de lei aqui na Casa para o esporte *skate* – eu sou *skatista*, eu ando de *skate* –, que é o segundo esporte mais praticado no Brasil, que é o segundo esporte que mais gera dinheiro na nossa economia. Porto Alegre, para quem não sabe, é uma das referências nesse esporte aqui no Brasil. A maior pista de *skate* da modalidade *street* se encontra aqui em Porto Alegre, que é a Praça Frederico Arnaldo Ballvé, mais conhecida como Pista do IAPI. Um dos maiores campeonatos profissional de *skate* do Brasil acontece aqui na nossa cidade de Porto Alegre, que é o campeonato Matriz Skate Pro. Um dos maiores *skatistas* do mundo, referência na nossa juventude, é o *skatista* Luan de Oliveira, ele é morador de Porto Alegre, do bairro Partenon.

O projeto é para que o Dia do Skate venha a ser anexado, venha a ser comemorado no Calendário Anual da cidade de Porto Alegre no dia 21 de junho. Então, a gente protocolou esse projeto e está pedindo o apoio dos colegas vereadores para que esse esporte tão importante, que, além de trazer qualidade de vida, vem resgatando muitos jovens e também é uma ferramenta de inclusão social.

Também gostaria de usar este tempo para agradecer à minha comunidade, aos moradores do bairro Mario Quintana que hoje vieram aqui prestigiar um filho da Mario Quintana como vereador aqui nesta Casa. É um dos bairros que, infelizmente, a cada final de semana, mancha as páginas policiais com a morte de jovens – esse bairro que eu tanto amo. E hoje tenho orgulho de poder representar o nosso bairro Mario Quintana, a juventude do Mario Quintana, as mães do Mario Quintana e dizer para o nosso bairro que pode a mídia, muitas vezes, trazer notícias ruins lá do nosso bairro, mas eu tenho orgulho de fazer parte desse bairro, tem muita gente boa no Mario Quintana, tem muito trabalhador no Mario Quintana, tem muitas pessoas que lutam pelo bem comum, a cada dia, nesse bairro. Eu tenho orgulho de fazer parte desse bairro. Muito obrigado aos moradores por estarem aqui nos prestigiando nesta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver.^a Mônica, com a retirada da urgência pelo governo, o projeto volta a tramitar normalmente e obedece aos 45 dias? Qual a informação que a Diretoria Legislativa pode nos dar? Até porque são centenas e milhares de cidadãos que neste momento estão nos assistindo. Com a retirada da urgência, o que isso reflete na Câmara Municipal?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Oliboni, com a retirada do pedido de urgência, o projeto do IPTU volta à tramitação normal. O projeto tramita

normalmente nesta Casa, passando por todas as comissões pelas quais tem que passar para depois vir a plenário para votação.

Apregoo o Ofício nº 1.036/18-GP, de autoria do Prefeito Nelson Marchezan (Lê.): “Senhor Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a retirada do regime de urgência do PLCE nº 005/2018, que institui nova Planta de Valores de Porto Alegre, atualizando a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial, Territorial e Urbana (IPTU). Renovo os votos de estima e consideração. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre”.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Presidente, Ver.^a Mônica; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, subo nesta tribuna para cumprimentar o gesto do governo Marchezan, nas palavras do líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro. Essa atitude é de tamanha grandeza porque reconhece que o projeto precisa ser aprimorado. Como o líder do governo falou, esse projeto só vai entrar em vigor em 2020. Por que discutir e votar agora um projeto cheio de remendos? Acho que há tempo para se conversar, para dialogar, para ajustar, para discutir e votar um projeto que vai trazer, realmente, receita e justiça à população de Porto Alegre. Sem falar que um aumento de IPTU numa semana como esta, em que tivemos o aumento dos salários do STF, o reajuste dos servidores estaduais, um aumento de imposto em Porto Alegre é muita pauta bomba para quem paga impostos.

Hoje, estive sentado no meu gabinete com o líder do governo para falar sobre o projeto, e este vereador tem coerência, este vereador tem convicção, este vereador vota conforme a sua consciência. Realmente, acho que há uma distorção muito grande nas divisões fiscais do projeto como ele está. Tem bairros em que a rua é a mesma, a calçada é a mesma, a iluminação é a mesma, a segurança é a mesma, a infraestrutura é a mesma, mas as divisões fiscais são diferentes. Temos uma residência no bairro Chácara das Pedras e uma residência na Zona Sul com o mesmo índice construtivo, com a mesma área construtiva, e, na Chácara das Pedras, o IPTU é oito vezes maior que na Zona Sul. Temos muito a conversar, muito a dialogar e muito a arrumar este projeto.

Também quero lembrar ao Ver. Mauro Pinheiro, que disse aqui do número das isenções, que eu continuo falando, porque acredito, Mauro, que é demais o número de isenções de IPTU. Não me venham dizer que é mais caro fazer boleto bancário e distribuir do que o que vai arrecadar de IPTU! Toda a população quer pagar o seu IPTU, todo mundo quer se sentir útil, cidadão, com direito à infraestrutura da Cidade. Acho que uma taxa única vinha muito bem, não iria acontecer o que acontece geralmente: aqueles que mais pagam impostos são os prejudicados, os que mais pagam para os cofres públicos.

Então quero aqui, em nome da Bancada do MDB, cumprimentar o governo por esse gesto. Estamos, sim, dispostos a dialogar, porque nós sempre quisemos ajudar o governo; e, por inúmeras vezes, este vereador ajudou o governo, sim, por entender

que a gente tem que unir forças, juntar esforços para que a gente possa entregar um bom trabalho para a população de Porto Alegre. Então parabéns ao governo pelo gesto. Vamos conversar, vamos dialogar. Temos um ano para trabalhar o projeto, para que ele possa entrar em vigor em 2020; um projeto, aí sim, com justiça, com igualdade e coerente com a realidade que a gente vive hoje. Muito obrigado, uma boa tarde a todos, um bom feriado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Mônica, colegas, porto-alegrenses que nos acompanham pessoalmente e pela TVCâmara. Eu quero saudar no dia de hoje algumas coisas.

A primeira delas – agradeço à assessoria técnica da Casa por ter colocado no telão – é sobre uma notícia desta semana, importantíssima para Porto Alegre, já que Porto Alegre é considerada a terra do “nãopodestão”, do emaranhado legislativo, burocrático, onde leis foram criadas, inclusive aqui nesta Casa, protegendo interesses mais de corporações do que do Município como um todo. Temos 1,5 milhão de porto-alegrenses, e, às vezes, alguns projetos aqui... Eu quero saudar os vereadores – são vários – que vêm revogando legislações nesse sentido. Quero parabenizar a Justiça, o Tribunal, que, recentemente, reconheceu o absurdo que é a nossa Lei Orgânica proibir a questão da concessão do esgoto de Porto Alegre. O porto-alegrense precisa combater os alagamentos, precisa combater o baixo índice de tratamento de esgoto, e não é para daqui a 30 anos. A gente tem muito respeito pelo corpo técnico do DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgotos, que alguns defendem que, se fosse feito um planejamento, em algumas décadas... Nós não queremos esperar algumas décadas. Nós queremos o futuro hoje! O problema é hoje! As pessoas são atingidas hoje. Então, eu quero saudar o Tribunal, que vai nos ajudar muito para que possamos fazer parceria público-privada no esgoto em Porto Alegre.

E eu não podia deixar de aproveitar o momento aqui sobre a pauta do IPTU, usando o tempo da nossa bancada. Desculpe-me, Ver. Adeli, a quem eu tenho o maior respeito, mas o senhor vir aqui se manifestar como se o governo quisesse fazer uma manobra para votar o IPTU... Ver. Adeli, por favor! Tenha respeito à sua história, foi o seu governo o último a fazer o que nós estamos tentando fazer, que é a revisão da planta. Essa pauta está em regime de urgência e ia trancar a pauta hoje, e o senhor, como é atento, sabia há muito tempo, Ver. Adeli! O senhor vir aqui dizer que o governo quer pressionar e fazer uma manobra é desculpa, é – vamos dizer assim – ignorar a mínima inteligência das pessoas que vieram aqui. E quero saudar o público do Mário Quintana que veio prestigiar aqui o vereador, que é um bairro que vai ter, se este projeto um dia for aprovado, 69% dos seus imóveis com IPTU reduzido ou isento! E vir dizer que o governo não está pensando nos mais humildes!? É um projeto que tem que ser

discutido, mas tem que ser discutido anualmente, repetidas vezes. E mais uma vez o governo demonstra claramente que quer discuti-lo, retirando o regime de urgência.

E o meu último pedido aos integrantes da oposição: pelo menos, quando fizer o uso do microfone de apartes, que os vereadores registrem a sua presença! Porque eu nunca vi um vereador que não está presente fazer o uso da palavra. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para um Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica, cumprimento aqui os colegas vereadores, público que nos assiste nas galerias e também na TVCâmara. De pronto, quero responder ao Ver. Moisés Barboza que não é o caso de chamar de manobra, talvez manobra seja um termo forte, porque sabíamos que hoje teríamos a pauta trancada do IPTU, não dá para também ignorar que o governo tentou articular, sim, a votação para conseguir aprovar e, por não ter os votos necessários, fez aí a sua retirada de urgência. Aliás, retirada de urgência, recolocar a urgência do projeto do IPTU é algo que tem sido recorrente, está sendo difícil de explicar, inclusive, para a população de Porto Alegre, essa entrada de urgência e retirada de urgência o tempo todo do IPTU, IPTU esse que já ficou mais de seis meses trancando a pauta do Legislativo.

Há uma insistência, Ver. André Carús, Ver. Adeli, do governo em aumentar a arrecadação por meio do IPTU e não tratar dos projetos, e, semana passada, o próprio prefeito me pediu para ajudá-lo a organizar e priorizar aqui na Câmara projetos de concessão de parques e praças, são os projetos para tratar do solo criado, são projetos que podem melhorar a receita do Município, mas que curiosamente não têm a mesma prioridade que o IPTU tem para esta gestão municipal. Infelizmente, uma gestão que tem preferido tratar de invadir aí a esfera do bolso do cidadão antes de fazer o seu dever de casa com projetos que aumentam receitas ou mesmo cortam despesas. Por mais que o governo possa não ter votos em alguns dos projetos de redução de despesas, se tivesse colocado para votação, se tivesse eles derrotados, ano passado, na Câmara, este ano a gente entraria de novo, mas, pelo menos, Porto Alegre não ficaria com a pauta trancada e num limbo sem saber se vai ter ou não vai ter aumento de imposto de IPTU. Mais de 50% de aumento de arrecadação de IPTU, desculpe-me, é aumento de carga tributária, e não adianta nenhum tipo de narrativa aqui do contrário, não adianta se destorcer, tentar fazer aí emendas, como estou vendo aqui para dosar o veneno, emendas que parcelam o aumento para que seja mais palatável aos indecisos que votem a favor. No final das contas, é sempre a mesma história: o pagador de impostos é chamado a contribuir cada vez mais com o déficit do governo municipal. Isso é inadmissível, aliás, a urnas, agora em 2018, já deram o resultado que a população brasileira não aguenta mais: mais imposto e menos serviço. É sempre assim, é mais imposto e menos serviço, e a gente

não consegue tratar dos problemas com maturidade, não consegue tratar do nosso déficit fiscal com maturidade. Chega de passar a conta para o pagador de impostos, chega de passar a conta. É isso que a Câmara hoje está querendo dar esse recado. Felizmente não tivemos quórum para votar o aumento de IPTU, mas, em breve, retornará com as melhorias... Melhorias entre aspas: para mim, a única melhoria que esse projeto traria é ajustar a planta, corrigir as injustiças sem aumentar a arrecadação global. Essa é a melhoria que o projeto precisa. Todas as demais melhorias, entre aspas, é tornar o aumento de arrecadação mais palatável para os vereadores indecisos, ponto. Isso é inadmissível, e é por isso que a gente vai estar aqui sempre se opondo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste; para mim, é uma alegria estar retornando a esta Casa, a Casa do Povo, que me acolheu durante o período de 2008 a 2012. Hoje eu quero falar sobre a grande importância da revitalização que ocorre no Centro da Cidade. Quando eu falo de Centro da Cidade, é da nossa orla do gasômetro, Ver. Conceição. Estivemos ontem fazendo uma caminhada nessa orla, junto com o Ver. Pujol, e pudemos presenciar, como já presenciamos nos finais de semana, a quantidade de pessoas que fazem de lá um ponto de encontro de porto-alegrenses e turistas, fazendo com que a nossa Porto Alegre seja mais alegre. Ainda não está terminada, porque, nesta Casa, nós aprovamos em 2010, quando começamos o projeto Cais do Porto; o projeto avançou, mas parou e tem que ser retomado neste próximo ano de 2019. Nós precisamos fazer com que as pessoas retornem para o Centro da Cidade. Nós temos ali o muro da Mauá, e as pessoas viravam as costas para o Guaíba. Hoje, felizmente, inclusive à noite, a gente vê as pessoas apreciando o nosso Guaíba, apreciando o pôr do sol, que é o de melhor e o mais bonito que nós temos em Porto Alegre. Então é muito importante que o Executivo dê avanço a essas obras, para que nós possamos revitalizar o mais rápido possível toda a nossa orla e, principalmente, o nosso Centro da Cidade.

Quando eu falo do Centro da Cidade, eu falo de uma coisa que nós já discutimos nesta Casa, há cerca de dez anos, que é o famoso “esqueletão”. É um quadro negativo e muito perigoso ali na Rua Marechal Floriano, porque há famílias que ocupam alguns andares daquele prédio, e temos que achar uma solução. Havia, na época, entendimentos com a Caixa Econômica Federal para que o local fosse transformado em habitação social, em residências para a família brigadiana, ficando eles no Centro da Cidade e proporcionando, assim, mais segurança. Então, quem sabe retomarmos esse projeto ou demolirmos, o quanto antes, aquele prédio pelo risco que ele oferece. A circulação de pessoas na Galeria do Rosário é uma das mais intensas do Centro da Cidade, e não podemos permitir que esse local ofereça riscos para os que por

ali andam. Lembro o caso ocorrido na Restinga, na semana passada, de um prédio sem manutenção, que desabou e lesionou fatalmente uma jovem de 23 anos. Não podemos permitir que isso ocorra no coração, no Centro Histórico de Porto Alegre.

São coisas muito importantes para se pensar a partir de 2019: darmos continuidade à revitalização da orla do Guaíba e às obras no cais Mauá, utilizando aqueles pavilhões para instalação de bares, restaurantes, comércio em geral, onde também há estacionamento, gerando, assim, emprego e renda para a Cidade. Somos uma Cidade de serviços, quanto mais tivermos locais onde se possa buscar o imposto sobre serviços, maior será o benefício para toda comunidade. Quero dizer ao líder do governo e a todos que nos assistem a importância de continuarmos com a revitalização do cais Mauá e o término da obra da orla do Guaíba. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sra. Presidente, apenas para responder ao Ver. Felipe Camozzato sobre algumas ponderações que ele fez aqui. Até avisei que usaria este tempo aqui, e agradeço por utilizar o tempo do governo. Quero rebater algumas coisas que eu não entendi. Eu vou explicar para a população, Felipe, o que tu perguntaste aqui: como o prefeito e por que – e dizem que não entendem – retirou e a colocou em regime de urgência? Simples, eu explico ao cidadão que é a única forma que o prefeito tem de fazer atender ou não os pedidos para discutir antes ou depois de uma eleição algum assunto importante para a Cidade. O mecanismo do regime de urgência, talvez, não fosse usual nesta Casa, mas pode ser que um prefeito passe quatro anos do seu mandato com algum projeto importante, se ele não for refém de ganhar a maioria nesta Casa, ele nunca terá o seu projeto apreciado. Já no momento das eleições, em que alguns vereadores pediram, inclusive o Ver. Mendes Ribeiro, vereadores de blocos independentes, para que fosse postergado para depois da eleição, o prefeito só tem uma coisa que pode fazer, porque ele é de um outro Poder, que é retirar e recolocar o regime de urgência para discutir após a eleição.

Respondido isso, eu tenho uma dúvida sobre o que o senhor sempre fala, sobre ser contra o aumento de arrecadação do Poder Público, mas, no meio do seu discurso, a gente identifica o que nós chamamos de “populismo liberal”. Há um discurso maravilhoso, fácil de arrecadar votos, de dizer que é contra aumento de impostos, de dizer ao cidadão aqui: “Olha, estamos cansados, é menos serviço e mais imposto”. Aí tu ganhas a simpatia de quem vai ter o seu imposto majorado, mas a sua proposta de não aumentar para o Poder Público, fazendo o ajuste dentro do que se recolhe hoje, vai aumentar imposto daquele cidadão que paga menos IPTU do que deveria pagar há 27 anos. Então, a sua proposta vai aumentar imposto do cidadão que paga menos há 27 anos. Quero deixar claro aqui que o Ver. Felipe propõe um formato diferente, que, do ponto de vista liberal, não proporciona que a gente tenha mais

recursos para aplicar em tapar buracos, para aplicar nos lugares que os governos elegem, na área social, por exemplo, mas a sua proposta, do mesmo jeito, Ver. Felipe, vai aumentar o imposto, e muito, daquele porto-alegrense que paga muito menos do que deveria pagar hoje em dia. Por exemplo: eu não acho justo que um morador da Lomba do Pinheiro, com um imóvel de R\$ 70 mil ou de R\$ 80 mil, pague o mesmo IPTU que alguns moradores, com todo o trabalho da sua família, que têm imóvel de R\$ 1 milhão na Av. Independência. Então, quero deixar claro aqui que nós entendemos o ponto de vista liberal do seu discurso, mas, se a sua proposta fosse acolhida, aumentaria o imposto de muitos porto-alegrenses, o que não aumentaria seria, na realidade, o recolhimento para o Poder Público poder investir nas áreas sociais, por exemplo, se fosse eleita essa forma. Então, quero fazer um alerta aqui: esta proposta também aumentará imposto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, população que nos assiste pela TVCâmara, vereadores, vereadoras, Presidente Valter, Luiz Afonso, público das galerias; este tema do IPTU, para nós, tem importância. O Ver. Moisés dizia que a posição liberal – uma posição neoliberal – não aceita o aumento de arrecadação de impostos. Eu acho que é isso real, pois essa posição contrária a qualquer tipo de aumento de arrecadação, ela não é uma posição correta, eu não creio que seja uma posição correta. O Poder Público tem que ter, sim, capacidade de arrecadação. Se o Poder Público não tem capacidade de arrecadação, o Poder Público não tem condições de aplicar os recursos públicos para melhorar a vida da população, para investir em saúde, para investir em educação. Então, arrecadação é necessária, só que existem dois tipos de problema. O primeiro problema é como são gastos atualmente os recursos públicos. Infelizmente, no nível de corrupção que nós temos no País, e isso vale para todos os entes da Federação, com os níveis de privilégio, com os níveis de desperdício, também com a prioridade que o Poder Público, que os governantes, em geral, atribuem aos setores mais ricos da sociedade, fica difícil às pessoas darem algum voto de confiança ao Poder Público e aceitarem aumento de arrecadação. E as pessoas, nesse ponto de vista, têm toda a razão, basta ver como é... Nós temos problema de segurança pública em todos os lugares; se há uma unanimidade no Brasil, é a reclamação sobre a segurança pública, mas qualquer um que conhece a Cidade sabe que um bairro rico é mais bem policiado, por exemplo, do que um bairro pobre – qualquer um que conhece a Cidade sabe disso! Então, infelizmente, o Poder Público prioriza os ricos, não os pobres. Esse é o primeiro problema.

O segundo problema é que, em geral, se arrecada de quem menos tem. O Poder Público cobra impostos da classe trabalhadora, cobra impostos da classe média, mas dos muito ricos não cobra! Então, o sujeito que tem um automóvel, no Brasil, paga IPVA, mas o sujeito que tem helicóptero não paga nenhum tipo de taxa. O que tem iate não paga nenhum tipo de taxa. Então, há uma distorção no Brasil, e o governo Marchezan não está preocupado em corrigir essa distorção, por isso que não taxou o vazio urbano, por isso que é tímido quando fala em aumento de impostos dos muito ricos. O projeto do governo visa, sim, aumentar a arrecadação sem ter efetivamente uma capacidade de ser um aumento progressivo, onde quem tem mais pague mais e quem tem menos pague menos – esse não é o projeto do governo. Obviamente, o governo fez um projeto que tem progressividade, mas é uma progressividade muito fraca. A progressividade que o projeto do governo previu é só progressividade para evitar que o aumento seja um absurdo absoluto. Então, para as faixas maiores, inclusive, reduziu a alíquota. Por que reduziu a alíquota? Porque, com a atualização do valor venal dos imóveis, se não houvesse essa redução, ia estourar esses valores, ia ser uma taxa absurda. E o governo, para evitar essa taxa absurda, fez uma redução na alíquota. Então não há uma progressividade real. Nós defendemos uma política tributária onde os ricos paguem muito mais e onde os pobres paguem menos. É simples assim. Se o governo apresentar um projeto de política tributária em que isso se concretize, vai ter o apoio da bancada do PSOL. Enquanto tiver política tributária que não garanta verdadeiramente uma progressividade, onde os muitos ricos paguem muito e os muito pobres paguem pouco, não terá o nosso apoio. A nossa posição é simples, por isso nós somos contra o projeto do governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em razão da retirada do regime de urgência do PLCE nº 005/18 e sendo o único projeto na ordem da priorização de votação na Ordem do Dia de hoje, não entraremos na Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0857/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/18, que altera os *capita* dos arts. 41, 42, 43 e 44 e o parágrafo único do art. 44 e inclui o parágrafo único ao art. 41, todos da Lei Complementar nº 284 de 27 de outubro de 1992, atualizando o Código Municipal de Edificações de Porto Alegre, no que tange o uso de materiais, permitindo aprovação de projetos inovadores, uso de containers e

revoga os incs. I e II dos arts. 41, 43 e 44 da Lei Complementar nº 284 de 27 de outubro de 1992.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0802/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 072/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui conteúdo sobre educação cooperativista nas disciplinas ministradas nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 1304/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 138/18, de autoria da Mesa Diretora, que inclui § 5º no art. 47, e altera o § 2º do art. 50, todos na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores; e inclui § 6º no art. 1º da Lei nº 3.961, de 16 de dezembro de 1974.

PROC. Nº 1306/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/18, de autoria da Mesa Diretora, que institui o auxílio-saúde, dispõe os procedimentos para a sua concessão aos agentes públicos ativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 1307/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/18, de autoria da Mesa Diretora, que altera o art. 2º, o *caput* e o § 1º do art. 3º e o § 3º do art. 4º e inclui § 6º no art. 4º, todos da Resolução nº 1.526, de 22 de março de 2001 – que dispõe sobre o auxílio-creche e sua concessão aos funcionários da Câmara Municipal de Porto Alegre.

PROC. Nº 1317/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/18, de autoria da Mesa Diretora, que inclui parágrafo único no art. 4º da Resolução nº 2.374, de 2 de julho de 2015 – que estabelece regras para a concessão de diária a vereador e a servidor da Câmara Municipal de Porto Alegre ou à disposição dessa e revoga a Resolução nº 907, de 12 de agosto de 1987.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR GIOVANE BYL (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoal que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, a minha fala aqui, neste momento, é para destacar o nosso Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre. O Orçamento Participativo, neste ano, completa 29 anos, a minha idade. Ele levou Porto Alegre para os quatro cantos deste mundo. Hoje Porto Alegre é reconhecida internacionalmente através do Orçamento Participativo pela radicalização da democracia participativa, um processo que formou muitas lideranças e muitos políticos aqui nesta Cidade. Inclusive eu devo muito ao Orçamento Participativo. Hoje há diversas lideranças aqui, delegados, conselheiros, líderes comunitários que labutam diariamente representando a sua comunidade dentro do Orçamento Participativo, com garra, com dedicação. Porque o Orçamento Participativo, por mais que o Poder Público,

por mais que o Executivo e os gestores da base do Executivo sejam pessoas que trabalhem com afinco, às 18h estão deixando a sua base, estão saindo dos seus setores, dos seus departamentos. E o conselheiro, o delgado do Orçamento Participativo permanecem 24 horas dentro da sua comunidade, representando a sua comunidade. As demandas do Orçamento Participativo, quando são empenhadas, quando são empregadas, são demandas – isso é comprovado! – que são preservadas, abraçadas, mantidas pela comunidade, porque são demandas que foram eleitas pela comunidade, hierarquizadas pela comunidade. E são demandas que a comunidade ajuda a preservar para que não tenham depredação, para que essas obras permaneçam da melhor forma possível. Mas o que me entristece é ver, nos últimos anos, nos últimos governos, o descaso com o Orçamento Participativo de Porto Alegre. O que há alguns anos foi a “menina dos olhos” de Porto Alegre, hoje está atirado, praticamente, às traças. Justamente o que trouxe o Fórum Social Mundial para Porto Alegre, o que trouxe muitos investimentos para Porto Alegre. Hoje, é como se fosse um leproso esquecido, abandonado. Hoje, nós temos mais de 1.600 demandas do Orçamento Participativo atrasadas, não concluídas, nem mesmo iniciadas. Isso é uma herança não grata; não desta gestão somente, mas de diversas gestões que foram empurrando as demandas do Orçamento Participativo com a barriga. E o que me entristece, eu quero dizer aqui para os vereadores e para os que me assistem pela TVCâmara: o Orçamento Participativo de Porto Alegre não está morto! Sabem por que o Orçamento Participativo de Porto Alegre não está morto? Porque existem lideranças comunitárias na base, dentro da vila, representando a sua comunidade, onde, muitas vezes, nós aparecemos somente em época de eleição. O Orçamento Participativo está 365 dias no ano lá dentro da comunidade, onde tem toque de recolher, onde tem chacina, onde muitas vezes nem a Brigada Militar entra, e o Orçamento Participativo está lá. Então o Orçamento Participativo não está morto. O Orçamento Participativo vive! O Orçamento Participativo vive na nossa cidade de Porto Alegre. Eu gostaria, Sr. Presidente, também de dizer para a futura Presidente da Casa, Ver.^a Mônica, que esta Casa dê atenção ao Orçamento Participativo. E faço aqui essa proposta ambiciosa, mas que a Casa reconheça o Orçamento Participativo como uma ferramenta...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR GIOVANE BYL (SD): ...de participação popular muito importante. Hoje, se eu estou aqui, é por causa do Orçamento Participativo; hoje, se eu consigo ser a voz da minha comunidade, eu devo ao Orçamento Participativo. E peço que esta Casa dê uma atenção especial para o nosso Orçamento Participativo, porque ele está lá na base disputando a liderança, disputando o jovem, como eu fui disputado pelas drogas, pela marginalidade. O Orçamento Participativo conseguiu me resgatar. E que a devolução feita de recursos desta Casa para o Município, que essa devolução seja feita para que obras, demandas do Orçamento Participativo sejam executadas, que o dinheiro

que for devolvido por esta Casa seja para obras e para demandas do Orçamento Participativo! Colegas vereadores, comunidade, quem nos assiste pela TVCâmara...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIS (MDB): Obrigado, vereador. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente. Discuto neste momento preliminar, a partir do projeto de lei que vai alterar o Código de Edificações de Porto Alegre, que nos dá ensejo, sim, para falar da mediação que o governo deve fazer diante da legislação. O Ver. Giovane pede para que respeitemos o Orçamento Participativo. Quero dizer, Ver. Giovane, que nós, durante todo o tempo, bradamos para que o Executivo seja o primeiro a honrar e respeitar o Orçamento Participativo. Tu reivindicas os recursos que devolvemos, sabes que este ano, talvez, a gente devolva em torno de R\$ 20 milhões, no entanto o prefeito municipal colocou no orçamento uma projeção de R\$ 1,1 bilhão em novos investimentos, e este orçamento foi rejeitado pelo conselho do OP porque não atende às demandas conquistadas pela comunidade. Então, quem já desrespeita, de largada, o Orçamento Participativo é o governo municipal. O orçamento que veio para cá não atendeu às demandas da comunidade e está criando um déficit de R\$ 1 bilhão e dizendo que isso é de novos investimentos. Vocês sabem aonde vão colocar esses novos investimentos? As lideranças comunitárias não sabem, nem nós sabemos, é uma quimera para continuar mantendo, na cidade de Porto Alegre, a ideia do desequilíbrio fiscal, do desequilíbrio orçamentário, exatamente para pressionar para o aumento de impostos, exatamente para pressionar para que aprovemos aqui projetos que tiram direitos do funcionalismo. Então, de um lado, nem contempla as demandas do OP com aquele R\$ 1,1 bilhão que diz que vai buscar para investimentos; e, de outro lado, ele finge, com isso, ou cria uma atmosfera de pressão sobre a Câmara, de que tem um déficit enorme, que a Câmara tem que votar medidas amargas tanto para o bolso da população quanto para a vida dos municipais.

Podes ter certeza que a gente tem aqui, nesta tribuna, feito o clamor que tu tens feito para nós, temos feito em relação ao prefeito municipal. Não é à toa que ele tem que recuar numa proposta como a do IPTU, por falta de diálogo, de transparência, de construção com a sociedade. Como a sociedade vai acreditar no prefeito, na boa intenção, se o orçamento vem mascarado dessa maneira e não vem respeitando as demandas da sociedade?

De outro lado, nós temos um Plano Diretor – que aqui a intervenção de mudanças nos projetos de lei indica – que tem que ter a mediação e a proteção do governo municipal nos licenciamentos dos empreendimentos imobiliários desta Cidade. Nós estamos diante da retirada de um resquício de Mata Atlântica ali no bairro Espírito

Santo, do lado de Ipanema, são 37 hectares, uma arborização fundamental para o equilíbrio ambiental da nossa Cidade, e os instrumentos para impedir isso estão na mão do prefeito municipal, estão na mão do Executivo Municipal, portanto, nós exigimos que o governo faça a escuta da população. De novo, as lideranças estavam aqui junto com vocês nos pedindo reunião, por quê? Porque o licenciamento da Prefeitura não está ouvindo a população. A população fez duas caminhadas na beira do Guaíba, e não tem jeito de o governo chamar e dizer: “Opa, o que houve? Estamos fazendo alguma coisa errada? Estamos licenciando errado? Vamos mediar com a vontade da Cidade?”. Não é possível que a pura lei, a letra da lei seja utilizada por quem quer especular ou por quem vai destruir Mata Atlântica dentro da cidade de Porto Alegre sem o governo mediar isso com a vontade da população, com a vontade da região. Eu quero dizer que está chegando aqui um projeto de lei que altera o Código de Edificações no que tange ao uso de materiais para projetos inovadores, uso de contêineres. Ora, senhores, nós queremos inovação, e a principal inovação é conseguir construir, desenvolver a Cidade incorporando qualidade de vida...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): ...Para encerrar, Sr. Presidente, eu faço aqui um apelo. A COSMAM marcou apenas para dezembro a discussão do projeto Ipanema. Nós estamos pedindo reuniões com o governo, a sociedade precisa ser ouvida. A sociedade precisa ser ouvida quanto ao IPTU, precisa ser ouvida quanto ao orçamento, que nós vamos votar na próxima semana ou na seguinte, que tem muitas emendas – nós tivemos que fazer, Ver. Oliboni, muitas emendas, exatamente porque não veio contemplando a demanda que a Cidade, soberanamente, incidia sobre o orçamento, através do Orçamento Participativo. Antes, quando chegava aqui um orçamento, nós não precisávamos mexer, porque a Cidade já tinha sido ouvida em todas as regiões através do seu protagonismo; agora, não acontece isso. Então tem muitas emendas, e nós queremos, sim, enquanto Câmara Municipal, continuar a ser a escuta da população, quem garante a ampliação da democracia.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereadora. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Valter Nagelstein, comunidade que nos visita, parabéns ao colega Giovane Byl. Na Pauta de hoje tem um projeto que trata de modificações no Código de Edificações do Município de Porto Alegre – é um Código antigo demais. As senhoras e os senhores vão encontrar inúmeras dificuldades para desmanchar qualquer coisa construída – não estou falando aqui de patrimônio

histórico e cultural –, vão encontrar muitas dificuldades para legalizar um puxadinho. Porto Alegre ainda não entendeu a legislação federal, em que é possível hoje legalmente registrar em cartório o direito real de uso de construções feitas na laje, lei nova, é verdade, mas que é legal, que é possível, ela existe em qualquer comunidade deste País. E nós fomos verificar dias atrás, com uma cooperativa habitacional, na Estrada Gedeon Leite, tem suas casinhas próximas ao muro; o vizinho tem um matagal de árvores exóticas, que estão detonando o muro, e que os galhos caem em qualquer ventania sobre as casas. Fomos verificar, e o nosso Código de Edificações não tem absolutamente nenhuma saída alternativa para isso, fomos obrigados a utilizar o Código Civil de 2001 para lá achar um mecanismo de mexer com esse cidadão, desrespeitoso com seus vizinhos, que coloca em risco a vida das pessoas, porque o nosso Código de Edificações não tem absolutamente nada.

Ontem fiz uma reunião com o setor da Prefeitura Municipal que cuida dos acidentes de trabalho. Qualquer edificação, até três andares, não tem nenhuma obrigação de usar qualquer mecanismo de segurança para o sujeito fazer uma reforma de telhado, arrumar uma janela no terceiro andar. Nada! É no peito, na raça e na sorte. Portanto, vou aproveitar agora já esse projeto em curso, Ver Valter Nagelstein, para mexer em outros itens. Eu tenho certeza que aqui outros colegas vereadores têm outras questões a colocar no Código de Edificações. Falando especialmente ao colega Giovane Byl, provavelmente, haverá questões das nossas comunidades de periferia que necessitam dessa ajuda, dessa mexida, porque o Código é, pasmem, senhoras e senhores, da década de 1970, e poucas modificações foram feitas, algumas foram feitas. Fiz uma ou duas a alguns anos atrás, modificando o capítulo V, do Código de Edificações, inclusive, que melhorou enormemente, mas há muita coisa a ser refeita e repensada no Código de Edificações. Para isso, é preciso que exista e existirá a abertura do debate aqui, na Câmara, porque agora que nós estamos discutindo, fiz inclusive uma emenda a esse mesmo Código de Edificações para que as pessoas possam fazer paredes verdes, paredes vivas, como a Lebes fez no Centro Histórico, mas não tem nada no Código de Edificações sobre isso, é preciso que isso seja devidamente ordenado, legalizado e seja, portanto, viável sob o ponto de vista jurídico, para não responder processos futuros sobre qualquer dessas questões. Essa é a questão básica de um dos projetos que hoje está em Pauta, portanto, em discussão aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Adeli. É tão necessária e urgente a reforma do Código de Edificações, pois ele não coloca as edificações em aço no mesmo nível daquelas edificações feitas em concreto, em tijolos, cimento – isso é um absurdo, porque deveriam estar no mesmo nível, pois as construções modernas são em aço. Eu também, a propósito da sua fala, tenho um projeto indicativo meu, que já foi aprovado aqui, que pede que o governo transforme os viadutos da Cidade em viadutos verdes, com cobertura verde. Não foi atendido até hoje,

infelizmente. Exemplo da Unisinos hoje, lá na Av. Nilo Peçanha, que humaniza e embeleza a Cidade. Quem sabe um dia a gente consiga isso.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores, colegas vereadoras, público que acompanha a nossa sessão; hoje, 14 de novembro, nós comemoramos o Dia Mundial do Diabetes. São milhões de pessoas que, infelizmente, possuem essa doença. Nós temos um projeto de lei, que já está na Ordem do Dia, que cria um programa para que essas pessoas tenham o atendimento médico especializado, segundo um direito constitucional, para combater o diabetes. É importante saber que lá em 2040 poderemos chegar a 642 milhões de portadores de diabetes; aqui no Brasil, o Rio de Janeiro é cidade que mais tem pessoas com diabetes, sendo Porto Alegre a segunda no *ranking* nacional, com um percentual de 8,7% – estando apenas em um décimo da cidade do Rio de Janeiro. Nós percebemos que, seja aqui em Porto Alegre ou no Estado do Rio Grande do Sul, são milhares de pessoas que têm dificuldade de conseguir uma consulta com um especialista ou conseguir uma cirurgia, ou acessar qualquer tipo de serviço na área da saúde. Muitas vezes, há uma fila enorme de cidadãos que tentam, pela primeira vez, conseguir um atendimento médico e que, infelizmente, não conseguem, tendo que recorrer às emergências dos hospitais. Mas as emergências são para atendimentos clínicos e não atendimentos por especialistas. Portanto, neste Dia Mundial do Diabetes, em que ressaltamos a falta de atendimento na saúde, fazemos um apelo aos governos municipal e estadual para que criem um programa agilizando o atendimento em saúde dessa população.

Quero me somar às falas dos vereadores Giovane e Sofia, quanto à democracia participativa, a qual traz muitos cidadãos nesta tarde ao plenário. Nós percebemos que existem governos que são a favor do Estado mínimo e contra as privatizações, o que não vemos no atual governo. O atual governo ainda não sinalizou algo positivo em relação ao OP, tanto é que todas as obras represadas, como foi dito aqui pelo Giovane... Que são mais de 1.600, porque eram mais de 2.000 obras, uma vez, feito o estudo dos delegados do OP é que chegaram ao número de 1.600. Aí perguntamos ao governo: quando vai ser reiniciado esse processo, de construir, de fato, ou atender essas mais de 1.600 obras não iniciadas, não concluídas, é o futuro governo? É claro que não! O atual governo tem que perceber que é um compromisso dele, quando ele disse que não ia acabar com o OP, que não ia parar as obras da Cidade. Infelizmente, pelas demonstrações claras e precisas, ele demonstra para nós, aqui da Câmara de Vereadores, que a sua “menina dos olhos” – que para nós era o OP –, agora, é taxar a população, é aumentar o IPTU, é reduzir os direitos conquistados pelo funcionalismo, é imprimir e investir na publicidade e propaganda, é alugar escritórios, para o secretariado, caríssimos no Centro da Cidade, enfim, é deslocar serviços públicos para aqueles que têm mais, e para os que têm menos cada vez mais os onera.

Portanto, nós nos somamos aqui aos cidadãos e cidadãs que buscam, aqui, dignidade. Nós queremos que o governo trabalhe com acesso à saúde, à educação, à

habitação popular, e mais do que isso, segurança para a população em toda nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Valter Nagelstein, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Quero aproveitar aqui a presença também do secretário Busatto, e dizer que estivemos conversando com o Presidente Valter Nagelstein sobre a possibilidade de nós implementarmos um dispositivo, que deve ser confeccionado pela Procempa, para que os servidores possam fazer o desconto e fazer uma antecipação a respeito das doações tanto ao Funciança, quanto ao Fundo do Idoso, e para que esse recurso fique em Porto Alegre. Então, quero agradecer o Presidente Valter Nagelstein por todo o seu esforço, eu sei que não é tão simples para ser implementado, tendo em vista que nós não temos, ainda, a ferramenta, mas existe a legislação. Se for possível, acho que vai ser uma contribuição importante, Ver. Oliboni, da Câmara para a Cidade, porque esse é um recurso que é do imposto de renda e que fica para Porto Alegre para ser investido aqui nas nossas entidades, em especial as que tratam de crianças e adolescentes e as que tratam de idosos aqui em Porto Alegre. Então, a gente sabe que são 6%, é um valor importante. Nós temos aqui na Câmara uma série de servidores que poderiam estar enquadrados nessa faixa de doação. Então a nossa expectativa é que isso possa se concretizar.

Eu quero aqui me manifestar, pois acho muito oportuno e importante, que o governo tenha recuado nessa pauta do IPTU, em nome da liderança da bancada do PDT, fomos, desde o início desse debate, contra essa pauta, contra o aumento do IPTU. É bem verdade que algumas pessoas estão defendendo as desigualdades, as desproporções, as regiões da Cidade que estão pagando a menos que o devido, mas todas as pessoas com que eu conversei a respeito dessa pauta, todas elas dizem que o IPTU está justo. Então eu disse: “Mas quem sabe o senhor vai lá na Prefeitura e homologa e protocola um pedido para aumentar o seu IPTU?”. E respondem: “Não, mas o meu está justo”, e tem que aumentar o dos outros, não é? Então, é muito complicado! A gente, que trabalha no setor imobiliário, eu presido hoje um conselho de profissão, sabe que – quem está lá na ponta da cadeia produtiva da construção civil é o corretor de imóveis, as imobiliárias lidam tanto com o locador quanto com o locatária – não vai incidir somente sobre os proprietários, pois é um imposto que acaba refletindo nas pessoas que pagam aluguel também. Então, é muito importante que se faça um debate sério, criterioso, porque, às vezes, através de uma emenda, acaba-se aprovando um projeto, mas é necessário que se entenda o todo. De qualquer maneira, nós achamos que não é o momento para se aumentar o IPTU agora. A crise se agravou de maneira violenta no País, as taxas de desemprego estão muito altas, as pessoas não aguentam

mais pagar nem as suas próprias contas, o governo do Estado do Rio Grande do Sul está atrasando salário, a Prefeitura está atrasando salário, e as pessoas não suportam mais nenhum aumento. Não importa se é aumento de imposto ou não, se é planta de valores, se é readequação, ou se para alguns vai diminuir e para outros vai aumentar. Para os que vai aumentar, as pessoas não têm condições de pagar esse valor neste momento. Então, até o Ver. Camozzato falou que essa equação tem que ficar dentro de uma dinâmica em que o valor fique o mesmo, mas não é que o valor fique o mesmo, se alguns vão pagar menos e outros vão pagar mais, também não resolve a conta, não vai resolver o problema. Então, é muito importante também que se faça avaliação sob o seguinte aspecto: quando o cidadão declara o valor do imóvel que ele adquiriu, na ocasião de um óbito na doação, ou também na compra e venda, sobre o aspecto da correção do valor venal do imóvel, sobre o lucro imobiliário, ele já vai pagar imposto. Então, se nós estivermos atualizando esse valor, se ele não estiver computado a sua atualização, para fins de imposto de renda, ele vai estar sendo bitributado. Vai estar sendo, digamos assim, cobrado um valor calculado hipoteticamente pelo mercado, pelos técnicos da Fazenda, e, no segundo momento, quando ele for ser vendido ou quando ele for ser transferido a sua propriedade, vai incidir de novo 3% na compra e venda ou 4% na doação ou na herança sobre um valor que vai estar ali sendo classificado como valor real. Ele vai estar sendo bitributado não só em termos de IPTU, mas também na tributação de ITBI, sobre doação e herança. Fica aqui a nossa consideração, temos que ter muita atenção...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Márcio.

Nós não temos mais inscrições, cumprimos a Pauta, não entramos na Ordem do Dia. Quero agradecer muito a presença das senhoras e dos senhores, dos nossos cidadãos que vieram aqui à Câmara no dia de hoje, é importante a presença do povo da Cidade, da cidadania, inteirando-se das coisas que estão tramitando aqui na Câmara, não só na sessão plenária, mas nas nossas comissões permanentes, que são às terças-feiras.

Nós temos a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, que trata da questão das escolas; temos a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, que trata da habitação, da organização da Cidade, do transporte público; temos a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. São Comissões que se reúnem sempre às terças-feiras aqui. Vocês são sempre muito bem-vindos. Agradeço aos Srs. Vereadores, aos nossos servidores da Câmara de Vereadores.

Amanhã é feriado da Proclamação da República, que a gente possa se inspirar no exemplo daqueles que proclamaram os valores republicanos, que a gente consiga resgatar as coisas de que o Brasil tanto precisa. Um País que tem recursos

naturais, que tem uma gente boa, mas que sofre com a violência, sofre com a desigualdade, sofre com corporações que tomam aquilo que muitos outros não têm. Enfim, um Brasil que está cheio de injustiças e que precisa ser consertado, um Brasil que precisa olhar para sua Bandeira, onde está escrito “Ordem e Progresso”, e a gente precisa ter ordem, e a gente precisa ter progresso, a gente precisa ter justiça social. Um bom feriado a todos vocês.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h52min.)

* * * * *